Atos

ANEXO – ATO Nº 77, DE 2015

FRENTE PARLAMENTAR PARA DEBATER O TRANSPORTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

A inclusão de novos membros e a exclusão por eventuais desligamentos, observados os respectivos ofícios do Coordenador da Frente, dirigidos ao Presidente da Casa, serão providenciadas pela Secretaria Geral Parlamentar - Departamento de Comissões, mediante atualização e publicação deste Anexo.

Histórico de alterações:

1) Ato nº 77, de 09 de abril de 2015 – criação da Frente;

2) Ofício LFTF 014/2015, de 16 de abril de 2015, do Deputado Luiz Fernando – inclusão dos Deputados Celso Giglio e Jooji Hato como Apoiadores;

3) Ofício LFTF 023/2015, de 07 de maio de 2015, do Deputado Luiz Fernando – inclusão do Deputado Marcos Damasio como Apoiador;

4) Ofício LFTF 057/2015, de 23 de junho de 2015, do Deputado Luiz Fernando – inclusão da Deputada Marta Costa como Apoiadora.

Composição consolidada:

Nº	DEPUTADO(A)	PARTIDO	PARTICIPAÇÃO
1	Luiz Fernando	PT	Coordenador
2	Aldo Demarchi	DEM	Apoiador
3	Ana do Carmo	PT	Membro
4	André Soares	DEM	Membro
5	Antonio Salim Curiati	PP	Apoiador
6	Atila Jacomussi	PCdoB	Membro
7	Caio França	PSB	Apoiador
8	Carlos Giannazi	PSOL	Apoiador
9	Carlos Neder	PT	Membro
10	Célia Leão	PSDB	Apoiadora
11	Celso Giglio	PSDB	Apoiador
12	Davi Zaia	PPS	Apoiador
13	Ed Thomas	PSB	Apoiador
14	Gil Lancaster	DEM	Apoiador
15	Gilmaci Santos	PRB	Apoiador
16	Itamar Borges	PMDB	Apoiador
17	João Paulo Rillo	PT	Apoiador
18	Jooji Hato	PMDB	Apoiador
19	Jorge Caruso	PMDB	Apoiador
20	Jorge Wilson Xerife do Consumidor	PRB	Apoiador
21	Leci Brandão	PCdoB	Apoiadora
22	Marcia Lia	PT	Apoiadora
23	Márcio Camargo	PSC	Apoiador
24	Marcos Damasio	PR	Apoiador
25	Marta Costa	PSD	Apoiadora
26	Ramalho da Construção	PSDB	Apoiador
27	Ricardo Madalena	PR	Membro
28	Roberto Engler	PSDB	Apoiador
29	Roberto Tripoli	PV	Apoiador
30	Vanessa Damo	PMDB	Apoiadora
31	Welson Gasparini	PSDB	Apoiador

Assembleia Legislativa, em 24 de junho de 2015.

Ordem do Dia

25 DE JUNHO DE 2015
32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação adiada - Projeto de lei Complementar nº 22, de 2015, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Acrescenta inciso ao artigo 295 da Lei Complementar nº 734, de 1993, Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, criando a Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e de Gênero, e dá outras providências. Com 5 emendas. Pareceres nº 404 e 405, de 2015, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda nº 5 e contrários às demais. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 465, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, contrário à emenda nº 6. Emenda aglutinativa apresentada nos termos do § 1º do artigo 175 do Regimento Interno.

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 14, de 2006, (Autógrafo nº 27079), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Estabelece critérios para a remuneração na substituição temporária de cargo ou função da Policia Militar. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 32, de 2007, (Autógrafo nº 27188), vetado parcialmente, de autoria da Mesa. Reajusta em 4,05% as Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa, fixadas pela Resolução nº 776, de 1996. Pareceres nºs 1305 e 1306, de 2007, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Finanças, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 33, de 2011, (Autógrafo nº 29793), vetado totalmente, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Altera a Lei Complementar nº 1078, de 2008, que institui Bonificação por Resultados - BR no âmbito da Secretaria da Educação. Parecer nº 951, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 3, de 2012, (Autógrafo nº 30034), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Altera o artigo 20 da Lei Complementar nº 1.093, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual. Pareceres nºs 265 e 266, de 2013, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Administração Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 10, de 2014, (Autógrafo nº 30607), vetado parcialmente, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e dá outras providências. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0403, de 2001, (Autógrafo nº 25614), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Regulamenta a rotulagem das lâmpadas fluorescentes para comercialização no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0053, de 2003, (Autógrafo nº 25636), vetado parcialmente, de autoria da Mesa. Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimento do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 164, de 2003, (Autógrafo nº 27042), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta prévia à CETESB para aprovação de empreendimentos imobiliários. Parecer nº 113, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0848, de 2003, (Autógrafo nº 26248), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o curso gratuito pré-vestibular nas universidades públicas do Estado de São Paulo. Parecer nº 144, de 2005, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1037, de 2003, (Autógrafo nº 26631), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Felício. Dispõe sobre o número máximo de alunos em sala de aula da rede pública e oficial de ensino do Estado. Parecer nº 145, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 519, de 2004, (Autógrafo nº 30040), vetado totalmente, de autoria da deputada Beth Sahão. Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas por Jovens e Adolescentes e dá outras providências. Parecer nº 257, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 634, de 2005, (Autógrafo nº 28330), vetado parcialmente, de autoria do deputado Campos Machado. Institui a Semana Grande Otelo - Talento Brasileiro. Parecer nº 1208, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 746, de 2005, (Autógrafo nº 27028), vetado totalmente, de autoria da Mesa. Disciplina a criação dos Setores de Conciliação para as Varas Cíveis e de Família, em fase processual ou extraprocessual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 750, de 2005, (Autógrafo nº 26739), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Obriga a inclusão da vacina contra a varicela no Calendário de Vacinação do Estado. Parecer nº 556, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário o projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 41, de 2006, (Autógrafo nº 30734), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui a "Política Pública de Acolhimento aos Cidadãos", na rede de saúde do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 489, de 2006, (Autógrafo nº 28310), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Cria o Programa Estadual de Saúde do Pé Diabético. Parecer nº 1136, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 386, de 2007, (Autógrafo nº 27313), vetado totalmente, de autoria do deputado Fernando Capez. Obriga as seguradoras a comunicarem ao DETRAN todos os sinistros de veículos registrados no Estado que forem considerados perda total. Parecer nº 3040, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 484, de 2007, (Autógrafo nº 27240), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar a Editora Estadual. Parecer nº 1812, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 915, de 2007, (Autógrafo nº 27732), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Proíbe os fornecedores de produtos e serviços de cobrar taxa de manuseio pela emissão e remessa de carnês ou boletos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 65, de 2009, (Autógrafo nº 28749), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Institui a "Campanha de Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal" no Estado. Parecer nº 178, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 550, de 2009, (Autógrafo nº 28572), vetado totalmente, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Autoriza o Poder Executivo a criar o Selo Agricultura Natural. Parecer nº 2313, de 2009, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º, da Constituição do Estado).

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 998, de 2009, (Autógrafo nº 29153), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dá a denominação de "Vereador Abílio Rodrigues da Silva" à Penitenciária II de Lavínia, naquele Município. Parecer nº 1600, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 137, de 2010, (Autógrafo nº 29140), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Paulo Roberto Grecca" ao viaduto localizado no km 388 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300, em Presidente Alves. Parecer nº 1599, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 141, de 2010, (Autógrafo nº 29135), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Dá a denominação de "Vice Prefeito Antonio Paterno" (Pacola) ao acesso rodoviário que se inicia no km 388 da Rodovia Marechal Rondon - SP 300 (Trevo Anselmo Duarte Filho) e vai até o perímetro urbano de Presidente Alves. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 498, de 2010, (Autógrafo nº 29074), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Estabelece normas para a aprovação e licença dos empreendimentos imobiliários públicos e privados do Estado. Parecer nº 1545, de 2010, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 128, de 2011, (Autógrafo nº 29645), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Proíbe a exposição das embalagens de cigarros e assemelhados nos pontos de venda. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 222, de 2011, (Autógrafo nº 30041), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Grana. Dispõe sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Restaurante Popular Bom Prato. Parecer nº 361, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 365, de 2011, (Autógrafo nº 29489), vetado totalmente, de autoria do deputado João Antonio. Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Programa Estadual de Fomento ao Teatro Amador Estudantil nas Escolas Estaduais". Pareceres nºs 1408 e 1409, de 2011, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Educação, favoráveis ao projeto. (Artigo 28. § 6º da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 380, de 2011, (Autógrafo nº 29462), vetado parcialmente, de autoria do deputado José Cândido. Torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, aos contratantes, dos contratos firmados verbalmente por meio de call center ou outras formas de venda a distância. Parecer nº 1277, de 2011, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 587, de 2011, (Autógrafo nº 29702), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dispõe sobre a instalação de radares móveis e similares em locais com pouca ou nenhuma visibilidade aos motoristas nas rodovias do Estado. Parecer nº 515, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 871, de 2011, (Autógrafo nº 29960), vetado totalmente, de autoria do deputado Cauê Macris. Dá a denominação de "Luis Eduardo Bigatello" à Escola Estadual Parque Continental Gleba I, em Guarulhos. Parecer nº 178, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 888, de 2011, (Autógrafo nº 29855), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Revoga o artigo 2º da Lei n.º 11.817, de 2005, que inclui área de zona de uso predominantemente industrial - ZUPI em Mauá. Parecer nº 1247, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 894, de 2011, (Autógrafo nº 29771), vetado totalmente, de autoria do deputado Isac Reis. Autoriza o Poder Executivo a conceder isenção do ICMS para a compra de veículo automotor do tipo popular para aposentados e pensionistas que percebam de 1 a 5 salários mínimos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 997, de 2011, (Autógrafo nº 30038), vetado totalmente, de autoria do deputado Donisete Braga. Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes, lanchonetes, quiosques e estabelecimentos similiares, oferecerem aos clientes embalagens descartáveis de condimentos alimentícios. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1192, de 2011, (Autógrafo nº 30500), vetado totalmente, de autoria do deputado Mauro Bragato. Define para o Estado de São Paulo a Categoria de Unidade de Conservação Parque Urbano de Conservação da Biodiversidade, nos termos do parágrafo único do artigo 6º da Lei Federal 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 17, de 2012, (Autógrafo nº 30054), vetado totalmente, de autoria da deputada Telma de Souza. Dispõe sobre as formas de divulgação no Estado das promoções de produtos alimentícios com menos de um mês para o término de sua validade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 47, de 2012, (Autógrafo nº 29936), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbiere. Dá a denominação de "Gilbert Ferreira Caires" ao Fórum de Buritama. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 489, de 2012, (Autógrafo nº 30979), vetado totalmente, de autoria do deputado Cauê Macris. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Cartórios informarem aos órgãos de trânsito sobre operações de transferência de propriedade de veículos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 500, de 2012, (Autógrafo nº 30024), vetado totalmente, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Obriga as farmácias e drogarias a disponibilizarem cartelas de controle aos consumidores de medicamentos de uso contínuo de ingestão diária única. Parecer nº 262, de 2013, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 536, de 2012, (Autógrafo nº 30254), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Dispõe sobre a proibição de cobrança da Taxa de Visita Técnica ao consumidor para elaboração de orçamento para prestação de serviço. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 617, de 2012, (Autógrafo nº 30025), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Obriga os responsáveis pelos eventos esportivos públicos que especifica a prover, em cada jogo, ao menos 30% de bolas compostas de materiais biodegradáveis e recicláveis provenientes de recursos naturais renováveis através de cadeia produtiva sustentável. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 21, de 2013, (Autógrafo nº 30193), vetado totalmente, de autoria do deputado Cauê Macris. Torna obrigatória a publicação no Diário Oficial do Estado, pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo - DETRAN, da relação dos condutores de veículos automotores punidos com a perda da carteira de habilitação por dirigir sob influência do álcool ou de qualquer outra substância psicoativa, conforme regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

44 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 101, de 2013, (Autógrafo nº 30361), vetado totalmente, de autoria do deputado Isac Reis. Dispõe sobre a obrigatoriedade, nos municípios do Estado, de conserto dos buracos e valas abertas nas vias e passeios públicos pelas empresas concessionárias de serviços públicos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

45 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 110, de 2013, (Autógrafo nº 30375), vetado totalmente, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Dispõe sobre o planejamento e a comunicação de obras realizadas em rodovias que abrangem as Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

46 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 158, de 2013, (Autógrafo nº 30677), vetado totalmente, de autoria do deputado Gerson Bittencourt. Cria o Selo de Origem e Qualidade para produtos originários da Agroindústria Familiar, de Pequeno Porte e Artesanal, e autoriza a comercialização de produtos entre Municípios. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

47 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 199, de 2013, (Autógrafo nº 30569), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dá a denominação de "Professora Maria Ondina Andrade" à Escola Estadual do Jardim Santa Esmeralda, em Sorocaba. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

48 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 314, de 2013, (Autógrafo nº 30544), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dá a denominação de "Dra. Veridiana Victoria Rossetti" à Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Sorocaba, naquele Município. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estadao).

49 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 439, de 2013, (Autógrafo nº 30823), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana Perugini. Cria o Programa de Atendimento Juvenil aos Egressos de Casa Abrigo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

50 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 746, de 2013, (Autógrafo nº 30736), vetado totalmente, de autoria do deputado Edinho Silva. Dispõe sobre a presença de auxiliares de vida escolar nos estabelecimentos de ensino do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

51 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 797, de 2013, (Autógrafo nº 30824), vetado parcialmente, de autoria do deputado José Bittencourt e outros. Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

52 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1021, de 2013, (Autógrafo nº 30696), vetado totalmente, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Obriga os shopping centers e centros comerciais a liberar o uso gratuito do estacionamento aos usuários dos postos do Poupatempo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

53 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 258, de 2014, (Autógrafo nº 30733), vetado totalmente, de autoria do deputado Alencar Santana Braga. Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes pré-existentes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

54 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 563, de 2014, (Autógrafo nº 30732), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Dispõe sobre a instituição de programa e criação de unidade itinerante para atendimento veterinário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

55 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 625, de 2015, de autoria do deputado André do Prado e outros. Dispõe sobre a adoção de medidas visando à segurança e ao conforto dos torcedores de jogos de futebol profissional e estabelece penalidades às entidades relacionadas à prática desse esporte, em razão de ilícitos praticados por seus torcedores. Com 2 emendas. Parecer nº 528, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação, de Assuntos Desportivos, de Segurança Pública e de Finanças, favorável ao projeto e à emenda nº 2, e contrário à emenda nº 1.

Pauta

26 DE JUNHO DE 2015
68ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 21, de 2015, de autoria da Mesa. Altera dispositivo da Resolução nº 853, de 2007, que institui, em caráter permanente, na Assembleia Legislativa, o Conselho de Defesa das Prerrogativas Parlamentares.

2 - Projeto de lei nº 1025, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de Conchas".

3 - Projeto de lei nº 1026, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a concessão de três minutos para ligação e três torpedos gratuitos em telefone celular no Estado.

4 - Projeto de lei nº 1027, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a criação do "Programa de Banco de Remédios Doados" no Estado.

5 - Projeto de lei nº 1028, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre a pena de perdimento dos produtos contrafaceados e pirateados apreendidos nas ações da Polícia Civil e da Secretaria da Fazenda do Estado.

6 - Projeto de lei nº 1029, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe sobre o recolhimento e destinação ambiental correta dos pneus inservíveis existentes no Estado.

7 - Moção nº 48, de 2015, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2012, que estende às contribuições assemelhadas aos impostos, exceto previdenciárias, limitação ao poder de tributar da União e que amplia a imunidade do setor editorial seja apreciada e aprovada com a máxima brevidade possível.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1020, de 2015, de autoria do deputado Léo Oliveira. Classifica Rifaina como Município de Interesse Turístico.

2 - Projeto de lei nº 1021, de 2015, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dá a denominação de "Luiz Carlos Munhoz" à Casa da Agricultura de Itatinga.

3 - Projeto de lei nº 1022, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação Cristã de Prevenção, Recuperação e Reintegração Social - Beth Shalon Casa de Paz", em Ibitinga.

4 - Projeto de lei nº 1023, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública o "Clube Recreativo Alto Sumaré", em Tupã.

5 - Projeto de lei nº 1024, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Declara de utilidade pública a "Associação do Círculo Barbarense de Escritores e Leitores - ACÍBEL", em Santa Bárbara D´Oeste.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1014, de 2015, de autoria do Tribunal de Justiça. Dá nova redação ao inciso X do parágrafo único do artigo 2º da Lei Estadual nº 11.608, de 2003, que dispõe sobre despesas decorrentes de serviços públicos de natureza forense.

2 - Projeto de lei nº 1015, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Declara de utilidade pública o "Centro Educacional Jabuti", em Mogi das Cruzes.

3 - Projeto de lei nº 1016, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira e outros. Institui o "Dia do Policial Militar Evangélico".

4 - Projeto de lei nº 1017, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a obrigatoriedade dos salões de festas exibirem em suas dependências advertência sobre a conduta criminosa de dirigir sob a influência de álcool.

5 - Projeto de lei nº 1018, de 2015, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o "Dia do Pastor".

6 - Projeto de lei nº 1019, de 2015, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui o "Dia do Policial Militar Rodoviário".

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 36, de 2015, de autoria do Sr. Procurador-Geral de Justiça. Altera o § 3º do artigo 24 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, que dispõe sobre a composição do Órgão Especial.

2 - Projeto de lei nº 1007, de 2015, de autoria do deputado Edson Giriboni. Autoriza o Poder Executivo a introduzir estímulos para a interiorização da distribuição de Gás Natural Comprimido - GNC no Estado.

3 - Projeto de lei nº 1008, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Proíbe o porte de arma branca no Estado.

4 - Projeto de lei nº 1009, de 2015, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o "Dia Estadual de Luta contra a Medicalização da Educação", a ser promovido anualmente no dia 11 de novembro.

5 - Projeto de lei nº 1010, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Dá a denominação de "Vereador Zé Índio" à passarela localizada no km 37 da Rodovia dos Tamoios, em Paraibuna.

6 - Projeto de lei nº 1011, de 2015, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às empresas que se adequarem às normas de eficiência energética.

7 - Projeto de lei nº 1012, de 2015, de autoria do deputado André do Prado. Proíbe, nas unidades escolares de educação básica, a comercialização de alimentos industrializados que contenham gorduras trans.